



ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

HORÁRIO	LOCAL	DATA
14h	Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Telepresencial pelo Google Meet	26/2/2026

Presentes:

- Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes;
- Desembargador Vice-Corregedor Regional, Edison dos Santos Pelegriani;
- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini (titular);
- Juiz de Primeiro Grau, Alessandro Tristão;
- Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida;
- Secretário de TIC, Herbert Wittmann;
- Secretária da Administração, Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson;
- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;
- Representante da Assessoria da Escola Judicial, Alessandro Quinones Schumacher;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.

Ausências justificadas:

- Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;
- Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti;
- Assessora da Escola Judicial, Ana Maria da Silva Oliveira.

Pauta/ Assuntos	1- PROAD 18596/2025 - Proposta de elaboração de Política de Combate à Fraude e à Corrupção - prosseguimento da reunião de 27/11/25; 2- PROAD 25289/2025 - Plano Diretor de TIC de 2026; 3- PROAD 1697/2026 - Avaliação de maturidade em tecnologia da informação e comunicação para o IGovTIC-JUD; 4- Outros assuntos: 4.1- Proposta para o Plano de Contratações de TIC de 2027.
----------------------------	--

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

O Excelentíssimo Desembargador, Edmundo Fraga Lopes, Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação, passando à análise da pauta anteriormente compartilhada.

1 - [PROAD 18596/2025](#) - Proposta de elaboração de Política de Combate à Fraude e à Corrupção - prosseguimento da reunião de 27/11/25:

Dr. Edmundo passou a palavra à Iara, que explicou que, em relação a este item, a Assessoria de Gestão Estratégica compartilhou a minuta com alguns Comitês e os membros enviaram suas contribuições no arquivo editável compartilhado.

Tal proposta será finalizada pelo Comitê de Ética, antes do encaminhamento à Presidência e eventualmente ao Eg. Órgão Especial.

Herbert informou que a SETIC cadastrou um pedido complementar no referido expediente para que seja contemplada na política as condições necessárias para a participação de magistrados e servidores em eventos promovidos e patrocinados pela iniciativa privada, dando o compliance necessário para se evitar conflito de interesses. O pedido complementar será analisado e, se aprovado, poderá ser incluído na minuta do normativo.

Resultados: O Comitê concordou, no que tange à sua competência, com o arquivo atual da minuta da Política de Combate à Fraude e à Corrupção.

2 - [PROAD 25289/2025](#) - Plano Diretor de TIC de 2026:

Dr. Edmundo elucidou que o objetivo do Colegiado, neste segundo item, é realizar o acompanhamento mensal para registro em ata, dando transparência dos andamentos das ações do PDTIC - Plano Diretor de TIC de 2026.

Herbert compartilhou que o acesso interno pode ser feito pela Intranet - Comitês e Comissões, Comitê de Governança de TIC, opção “Plano Diretor de TIC - 2026”, onde são mantidos os planos e seus controles de situação e execução.

Citando o Plano Diretor de TIC, mostrou o monitoramento das ações em andamento, inclusive

implementação de ferramentas disponibilizadas pelo CSJT e desenvolvimento de sistemas institucionais. Assim que findado o atendimento de cada atividade ou ao início de cada mês, todas as coordenadorias de TIC atualizam a planilha do PDTIC.

Paulo destacou que é necessário o atendimento acima de 70% de execução do plano, tanto para correções como para índices do iGovTIC e do Prêmio CNJ.

Resultado: O Comitê tomou ciência e continuará a acompanhar o PDTIC mensalmente.

3 - [PROAD 1697/2026](#) - Avaliação de maturidade em tecnologia da informação e comunicação para o iGovTIC-JUD:

Dando retorno da coleta das informações junto às diversas áreas do Tribunal, concuiu-se nessa primeira rodada que o índice seria de 90,24, um pouco acima do limite inferior para que o Tribunal seja classificado com o status de “Excelência”.

Herbert manifestou a preocupação do índice obtido, uma vez que as exigências de comprovação tem aumentado ano a ano e muitas das respostas que foram respondidas neste primeiro levantamento como se o Tribunal as tivesse atendido, as comprovações não foram aceitas em sua totalidade o ano passado, afetando a nota final.

Citou também uma preocupação com os processos de trabalho envolvidos no plano, uma vez que o CNJ exige uma revisão anual dos mesmos, enquanto na metodologia do Tribunal, pode ser definida uma revisão de até dois anos. Nesta linha também, as questões que envolvem gestão de pessoas, área de menor pontuação no índice do ano passado, possuem comprovações que podem não ser aceitas este ano, diante do aumento das exigências existentes.

Diante disso, a SETIC sugeriu de se utilizar a mesma planilha utilizada no levantamento, com nova coluna, para que cada responsável apresente quais evidências entende comprovar a resposta que foi fornecida, viabilizando uma análise mais profunda sobre cada questão e com tempo suficiente para eventual ajuste antes da apuração oficial.

lara propôs inserir os itens que não pontuaram no ano de 2025, para conhecimento das

unidades e possibilidade de melhoria. Neste sentido, como as exigências aumentam todos os anos, bem como o número de questões que precisam ser submetidas ao CNJ, concluiu-se que os responsáveis devem analisar todas as questões que estão envolvidos com a mesma intensidade.

Resultados: O Comitê deliberou e a SETIC ficou responsável em enviar novamente a planilha, com a nova coluna, possivelmente no dia 3 de março, para o preenchimento dos responsáveis viabilizando reanálises e conformidades na próxima reunião do Comitê.

4- Outros assuntos:

4.1- Proposta para o Plano de Contratações de TIC de 2027:

Até 31 de março, a Secretaria de Orçamento e Finanças solicitará o envio das propostas para formação da Lei Orçamentária do ano de 2027. O Comitê, responsável pelo Plano de Contratações de TIC de 2027, iniciará imediatamente a coleta de informações para formação do referido plano, viabilizando que o mesmo possa ser analisado pelo Comitê, antes do prazo final estipulado pela referida Secretaria. O Colegiado conclama as áreas da SETIC e demais unidades contribuintes para efetivação das propostas.

Resultados: Tecidos os apontamentos, o Comitê aprovou e a SETIC enviará planilha do plano para as áreas preencherem a proposta inicial.

Os integrantes foram indagados sobre outros temas a debater, sem manifestações.

Sendo assim e com nada mais a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a reunião às 14h56. Próxima reunião agendada para 26 de março, às 14h, assim como as demais reuniões mensais, que ocorrerão na última quinta-feira de cada mês, conforme aprovação do Comitê.

Ata preparada por:	Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em:	26/2/2026
Ata aprovada por:	Edmundo Fraga Lopes Desembargador Coordenador do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações	Em:	26/2/2026